

Patrimônio público escolar: da conscientização à preservação, um exercício de cidadania no Ensino Fundamental

Adebil de Brito Rocha Imasaki
Márcia de Freitas Vieira

Introdução

Este capítulo é o resultado de um projeto de intervenção realizado numa Escola Municipal de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano¹, localizada na cidade de Ipatinga, região leste de Minas Gerais, para promover a conscientização e preservação do patrimônio público escolar.

A escola, situada na zona urbana do município, recebe alunos de 30 bairros de Ipatinga e também de cidades vizinhas. Essa característica impõe à escola alguns desafios. No horário de almoço, 160 alunos permanecem na escola e no final do turno vespertino, em torno de 550 aguardam o transporte coletivo. O atraso dos transportes e o número insuficiente de funcionários para atender a essa demanda, favorece o aparecimento de conflitos, brigas e atos de vandalismo na escola e no entorno.

O Projeto de Intervenção (PI) visou atender a uma demanda da escola, numa perspectiva de reelaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), que se encontrava desatualizado e apontava para a necessidade de ações imediatas. A indisciplina era apontada como uma fragilidade para a qualidade da educação. Observou-se que essa indisciplina ia além das salas de aula, não interferindo somente na aprendizagem, mas também nas relações com o outro e com o ambiente, acontecendo mais nas turmas do 6º ao 9º ano.

A principal hipótese do trabalho era que a falta de cuidado com o bem público se deve à falta de conhecimento e à falsa sensação de que o dinheiro gasto com a manutenção da Unidade de Ensino é do governo, aliada à adolescência, que é uma fase de muitos conflitos, que provoca desordem no equilíbrio emocional do adolescente. Essa violência pode ser potencializada pela desestruturação familiar e social. Nesta fase, alguns alunos apresentam uma tendência a atos violentos. A reação de raiva provocada pelas relações com o outro, acabam sendo projetadas na violência ao patrimônio.

O objetivo principal do PI foi promover a conscientização quanto à valorização, cuidado, conservação e preservação da escola, reconhecendo-a como um bem público,

¹ O nome da escola foi suprimido para preservar sua identidade.

cultural e histórico que deve ser preservado por todos. Procurou-se conhecer a percepção da comunidade escolar em relação aos serviços prestados pela escola e a relação de seus usuários com o patrimônio, para melhor compreensão do fenômeno em questão e a utilização dos dados coletados na atualização do PPP.

Nesse sentido, fez-se necessário desenvolver ações que visassem à conscientização da comunidade escolar, quanto ao respeito, a valorização e a preservação da escola enquanto patrimônio e propriedade coletivos, oportunizando momentos de discussão, reflexão e tomada de decisões acertadas, exercitando cotidianamente a cidadania e contribuindo para a construção de uma sociedade participativa e comprometida com o bem comum.

O trabalho realizado foi uma pesquisa-ação, cujo objeto de intervenção direta foi o aluno, na expectativa de que ele se colocasse como sujeito, interferindo positivamente em todo o processo de construção, estendendo a reflexão aos funcionários e à família.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa quantitativa e qualitativa, de caráter explicativo, com aplicação de questionários a professores, funcionários administrativos e pais, entrevista com alunos que cometeram algum ato de vandalismo e a observação direta do professor e da pesquisadora. De acordo com Rodrigues (2014), esse método permite atribuir significados aos fatos observados e ao pesquisador participar, compreender e interpretar as informações que ele seleciona e obtém a partir da pesquisa. A aproximação ao objeto de estudo, conforme aponta Serrano (2011) permite explicar as causas, os elementos e os motivos científicos que justificam a pesquisa, respondendo a duas questões fundamentais, o porquê e o para quê.

Foram utilizados alguns recursos e estratégias, como reuniões, palestras, apresentações em PowerPoint, vídeos, mutirão de limpeza, concurso de redação e poesia. Através de observações, registros fotográficos, questionários e entrevistas, pode-se conhecer o estado geral da escola e a percepção dos participantes em relação à limpeza e conservação do ambiente escolar.

Este estudo fundamenta-se em autores que tratam de temas relacionados à violência escolar e a depredação do patrimônio público, tendo como principais fontes de pesquisa: Cury (1996, 2002, 2005), Sposito (2012), Funari (2001), Pellegrini (2006), Dourado e Oliveira (2009), Becker (2012), Menin (2012) e as leis que resguardam os direitos e deveres do cidadão e de amparo ao patrimônio público: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/90), Lei 4.717/65 e Código Penal (Lei Nº 2.848/40).

O capítulo apresenta inicialmente uma abordagem teórica sobre o direito à educação, um bem social garantido pela constituição brasileira. Em seguida, a conceituação de patrimônio público e as leis que o resguardam. Por fim, uma reflexão sobre a violência na

sociedade, na família e na escola. A seguir, a descrição detalhada da metodologia utilizada e a análise da intervenção com a discussão dos resultados, concluindo com uma reflexão sobre a importância do trabalho realizado para a escola e para a comunidade escolar.

Patrimônio público, educar para preservar

A seguir, será apresentada uma breve revisão bibliográfica sobre o tema e os reflexos da violência social no cotidiano escolar.

Educação, um direito social

A Educação Escolar é um bem público, proclamado na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, como o primeiro direito social. Como um bem público, ele tem o princípio da igualdade, que garante as mesmas condições de acesso e permanência na escola a todo cidadão brasileiro. Cury (2005) mostra com clareza as leis que amparam o direito à educação e o papel do gestor nessa dinâmica. Tanto quanto um direito, a educação é definida em nosso ordenamento jurídico, como dever, conforme mostra o Art. 205 da nossa Constituição Federal de 1988. É dever do Estado e da família, promovida e incentivada pela sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito à educação foi declarado pela primeira vez, no contexto da revolução francesa, através da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1793. Depois, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. Foi somente em 1993, durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena, que o debate sobre o direito se efetivou no contexto formal e não formal, sendo considerado como elemento essencial de promoção de relações harmoniosas entre as comunidades, capaz de promover a tolerância e a paz (Dias, 2007).

No Brasil, a primeira declaração do direito à educação se dá com a Constituição de 1934, no seu Art. 140, mas, somente em 1969, com a Emenda Constitucional, que o Estado se compromete com o dever de educação para todos. Houve um intenso debate pela sociedade em torno da universalização da educação, obrigatoriedade do Estado e a gratuidade do ensino, mas por motivos políticos interrompeu-se esse debate, quando foram subtraídos direitos civis e políticos dos envolvidos, sendo retomado somente em 1980 na reformulação da Constituição de 1988. Foi em 1996, com a reformulação e a definição de bases para uma educação voltada para a qualidade, que o acesso ao Ensino Fundamental,

obrigatório e gratuito para todos foi garantido através da Lei de Diretrizes e Bases. Esse direito é qualificado pela Constituição como sendo público subjetivo.

Todo direito garantido pressupõe um dever a ser cumprido. A escola como espaço de ensino-aprendizagem, deve promover uma educação democrática, atenta às necessidades e diferenças, promovendo um ambiente inclusivo e adequado às novas exigências de mercado. O gestor, como responsável pela instituição, tem o dever de fazer cumprir o que determina a lei, mas antes de tudo estar engajado na construção de uma sociedade mais justa, resguardando e preservando o direito de todo cidadão brasileiro a um ensino de qualidade.

Segundo Cury (1996), a qualidade do ensino implica no enfrentamento de mudanças, que vai desde o processo de produção às formas de estética mais elaborada. Esse conjunto de regras se condensa no projeto político-pedagógico que deve ser elaborado em conjunto com todos os envolvidos com a educação.

De acordo com Dourado, Oliveira e Santos (s/d) os estudos sobre a qualidade da educação, revelam que o engajamento dos sujeitos é fundamental para a construção de uma escola de qualidade.

A qualidade da educação é multifatorial e abrange as dimensões intra e extraescolar. Dourado e Oliveira (2009) citam que a estrutura da escola, o tipo e as condições de gestão, a gestão da prática pedagógica, os espaços coletivos de decisão, a participação e a integração da comunidade escolar, são aspectos que traduzem positivamente ou negativamente a qualidade da aprendizagem na escola. Os autores salientam a importância das condições de trabalho, a formação dos docentes, a visão de qualidade dos agentes escolares, os projetos desenvolvidos, a avaliação dos processos e o Projeto Político-Pedagógico como aspectos relevantes.

Segundo os mesmos autores, a qualidade do ambiente escolar e as instalações concorrem para a definição de condições de uma oferta de ensino de qualidade, em especial a gestão dos espaços e tempos apropriados às atividades educacionais.

Para manter o ambiente escolar em condições adequadas à prática pedagógica é imprescindível que se crie na escola mecanismos de participação do aluno. Ao oportunizar o diálogo e a tomada de decisões, a corresponsabilização acontece naturalmente, promovendo a preservação dos espaços escolares.

Patrimônio Público, um bem de todos

De acordo com a Lei 4.717/65, “patrimônio público é o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta”. Segundo a definição da lei, o que caracteriza o

patrimônio público é o fato de pertencer a um ente público – a União, um Estado, um Município, uma autarquia ou a uma empresa pública, na qual a escola pesquisada se enquadra.

Se há leis que garantem e protegem o direito do cidadão, há também leis que resguardam o patrimônio público. É o que mostra o texto do Código Penal (Lei Nº 2.848/40), no seu art. 163, que trata da obrigação de reparar o dano, pois depredar patrimônio público é crime – depredar, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena – detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa. Se o crime é cometido com violência à pessoa ou grave ameaça: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Ao aluno, cabe também o Art. 116 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Nº 8.069/90), que trata das medidas que podem ser tomadas, caso haja cometido uma infração contra o patrimônio:

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

A depredação do patrimônio escolar, além de caracterizar um ato de violência, representa um enorme desperdício dos recursos públicos. Todos os anos são destinados recursos para reparar danos causados aos equipamentos escolares, recursos estes, que poderiam ser aplicados no processo ensino-aprendizagem, favorecendo a qualidade.

Pellegrini (2006) faz referência ao patrimônio mundial, uma abordagem que vai além dos espaços escolares. A autora cita que o maior perigo enfrentado pelo patrimônio mundial, não diz respeito ao descaso público ou ação do tempo, mas, ao esgotamento do potencial simbólico e histórico dos bens culturais e gestão dos espaços globais, que se constituem atos de depredação irreversíveis.

Funari (2001) mostra a importância dos monumentos históricos e dos restos arqueológicos como portadores de mensagens e por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significados, em especial, ao materializar conceitos como identidade nacional e diferenças étnicas.

A educação não se restringe à escola, muito menos ao entorno ou a cidade, ela deve acompanhar o ser humano por onde quer que vá. Vivendo num mundo globalizado, onde as fronteiras entre países se tornam próximas e de fácil acesso, os alunos precisam se preparar para saber se mover entre as diversas culturas. Para isso, precisa aprender a respeitar o patrimônio histórico cultural de cada lugar. Muito mais que a preocupação com o

objeto em si, deve-se atentar para a preservação da cultura e do meio ambiente, um modo de respeitar e preservar a própria vida.

Violência social

Na tentativa de explicar os motivos da violência social, Oliveira (2009) afirma que em parte, a violência se deriva dos índices de desigualdade. Para reverter a violência social é preciso que cada cidadão reconheça seus direitos e cumpra seus deveres, para que possa participar ativamente do processo social do país.

Becker (2012) mostra em seu estudo, a relação entre o gasto com a educação, a taxa de desemprego, os lares parentais femininos, a urbanização e a criminalidade. O estudo aponta que as intervenções educacionais podem reduzir a atividade criminosa. Um dos canais dessa relação é o mercado de trabalho, em que os indivíduos com maior grau de escolaridade têm melhores oportunidades. O outro diz respeito à atividade psíquica. Indivíduos mais educados são mais ponderados, pacientes e mais propensos a respeitar as leis.

Compreender as razões e as especificidades que envolvem esse fenômeno requer uma atenção especial dos pesquisadores e profissionais da educação e se coloca como um desafio, pois explicar as relações sociais e o modo como os atores se interagem, não é uma tarefa fácil.

Cruz e Freitas (2011) em revisão bibliográfica da análise de Michel Foucault sobre a formação da sociedade disciplinar mostram a relação entre o saber e o poder. No século XX, período conhecido como Modernidade, houve uma mudança considerável na ordem do saber que resultou na constituição das ciências humanas, onde o homem deixa de ser apenas objeto do conhecimento e passa a ser também sujeito do conhecimento. Esse saber outorga-lhe poder. Nesse contexto o homem torna-se fruto das relações de disciplina e esse novo comportamento disciplinar o distingue na sociedade moderna. O sujeito, para ser útil, dócil e produtivo, precisa ser disciplinado, daí a necessidade de normas disciplinadoras na constituição do sujeito moderno.

O mesmo autor aponta o lado negativo e positivo do poder, ao mesmo tempo em que reprime e exclui os indivíduos. Estes, quando submetidos ao poder, produzem e cria mais, essa é a lógica disciplinar que alimenta o capitalismo, disciplinar para produzir. Na escola e diversas instituições, o controle disciplinar é mantido e exercido. O estudo realizado por Foucault permite analisar a escola como um espaço de produção de disciplina e saber, instaurado e aceito, num jogo de recompensas e honras, onde ser disciplinado compensa, este é o lado positivo da disciplina.

Violência familiar

De acordo com Gomes e Fonseca (2005), há muitos anos testemunha-se a banalização da violência, inclusive, veiculada pelos meios de comunicação de forma sensacionalista. Os termos, violência da mulher, violência doméstica, violência da criança e do adolescente, sempre aparecem associadas a crimes, dando a falsa ideia de que somente o crime é violência. Essa visão unilateral leva ao ocultamento de outras formas de violência, como a violência psicológica e a violência simbólica.

Entre as formas de violência, segundo as mesmas autoras, praticadas contra criança e adolescente, encontra-se a violência física, quando causam dano ao corpo, desde lesões leves às mais graves e até a morte; a violência psicológica, quando produz um padrão de comportamento destrutivo, afetando a saúde mental, sexual, quando envolve jogo, estimulação e contato sexual, sem consentimento; a negligência, quando a criança e o adolescente não são assistidos em suas necessidades de crescimento e desenvolvimento e a falta de calor humano, amor e responsabilidade; a violência simbólica, quando há uso de formas e estratégias de coerção, que podem cessar, impedir, deter ou retardar o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente. Neste tipo de violência há o abuso de poder e o consentimento tácito do dominado.

Em estudos realizados com as camadas populares em situação de tensão emocional, citado pelas autoras acima, foi observado perda de capital linguístico por timidez, onde as pessoas não perdiam a capacidade de falar, mas a vergonha impossibilitava a livre expressão. A intimidação é uma forma de violência simbólica. Hoje para as crianças pobres, cultural e socialmente marginalizadas, a autoridade foi substituída pela violência. A aceitação silenciosa e implícita dos limites impostos pode gerar na pessoa dominada emoções de vergonha, humilhação, ansiedade e culpa como também sentimentos de amor, respeito e admiração.

É pertinente destacar a crise de autoridade presente e crescente no país desde o século XX, essencialmente política, mas, que ocasionou a queda de todas as outras entidades tradicionais, estendendo-se às relações familiares e sociais, como a escola.

Há uma grande diversidade de estrutura familiar na sociedade brasileira. Assis, Constantino e Avanci (2010) citam que a família se estrutura de acordo com os contextos sociais, culturais e históricos onde estão inseridos. Muitas vivem em situação de vulnerabilidade. O ambiente e as condições de vida tendem a provocar muito estresse, com rupturas de vínculos, uso abusivo de drogas, causando sofrimento nas relações comunitárias.

Segundo Menin (2012) a realidade escolar não é feita somente pelos professores, alunos, funcionários, população circunvizinha, mas também pelo prédio, materiais didáticos

pelos juízos que cada pessoa tem da vida, pelas leis e programas ditados pelo estado. Cada um trás consigo os valores comuns a cada família. Como não há modelos preestabelecidos que possam servir como universais, a relação entre as diferentes pessoas que transitam no meio escolar, é que definirão os valores, as regras, o que pode e o que não pode. No encontro entre professor e aluno, cada um tem conhecimentos preestabelecidos e valores adquiridos, e o que é bom para um aluno, não é para o outro, sendo assim, não adianta o professor querer que seus alunos aprendam, que sejam críticos e tenham consciência da realidade que os cerca.

O estudo de Menin (2012) não chegou a resultados significativos quanto à importância da influência dos pais sobre os estudos do filho para que estes estudem. A hipótese de os filhos manterem-se na escola para corresponderem às expectativas dos pais, por respeito, não foi conclusiva. Como citado acima, todos trazem conhecimentos e valores diferentes e cada um reage diferente a cada situação. Acredita-se que o aluno que não atenda às expectativas dos pais pelo respeito, é sinal de que a ruptura nas relações familiares já tenha acontecido. Assis, Constantino e Avanci (2010) acreditam que este “respeito” aos pais, já tenha diminuído ou até mesmo se extinguido.

Para assegurar os direitos da criança e do adolescente foi criado, através da Lei 8069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seu Art. 5º, ele prevê que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais". Assis, Constantino e Avanci (2010) destacam que mesmo havendo leis que protegem os direitos dos menores, há um crescimento da violência e a violação desses direitos. A criança e o adolescente são mais vulneráveis e cada vez mais são vítimas de abuso sexual, exploração da mão de obra, analfabetismo, violência doméstica e negligência.

Violência escolar

Segundo Sposito (2001), a violência no ambiente escolar não é um fenômeno unicamente brasileiro. Nos Estados Unidos, 70% das escolas realizam vistorias. Detectores de metal são instalados em portões de entrada e grupos especiais visitam as salas de aula com detectores portáteis. Na França e na Argentina, também estudam formas de evitar a violência no ambiente escolar. No Brasil, poucos estudos foram realizados nesse sentido. De 1980 a 1995, cerca de 6.095 estudos de doutorado e mestrado foram realizados, apenas 4 examinaram a violência que atinge a Unidade Escolar. Na década de 80 os ataques ao patrimônio escolar se davam por pessoas alheias à escola. Na década de 90 esse cenário muda, os próprios alunos cometem os atos de vandalismo.

Segundo Oliveira (2009), a violência escolar está relacionada ao momento de grandes discussões sociais que a educação vive atualmente. A qualidade do ensino, que tipo de cidadão quer formar, as melhores pedagogias e metodologias, a violência no interior das escolas são algumas das discussões. O momento pede uma escola revolucionária, capaz de provocar mudanças no agir e pensar das pessoas, favorecendo a busca de alternativas para uma educação de mais qualidade e equidade, para que se possa construir uma sociedade mais justa e que garanta responsabilidade social.

De acordo com Oliveira (2009) é na forma de vandalismo e dano ao patrimônio público e privado que se apresentam grande parte das ocorrências nas escolas, seja dano ao material didático, móveis e o próprio prédio, dificultando a gestão dos recursos financeiros, que ao invés de serem aplicados em benefício do ensino/aprendizagem, são destinados a consertos e reparos constantes.

Em estudo realizado por Codo e Menezes apud Menezes (2011) sobre as relações da qualidade do ensino e a escola, os resultados indicam uma significativa diferença da violência entre a escola pública e privada. Na 4ª série, a frequência na rede pública foi de 14,4% e na particular, 2,4%. Na 8ª série, os índices são ainda mais altos na rede pública, com uma prevalência de 24,3%, contra 2,6% na rede privada. Os índices de depredações, furtos e roubos, também indicam maior intensidade na rede pública. Na 4ª série, compreendem 26,4% das respostas na rede pública e 7,8%, na rede privada. Na 8ª série, 37,4% na pública e 7,3% na privada. Relacionando a proficiência à violência escolar, segundo os autores, os efeitos de roubo e depredações são mais evidentes e fortes na escola pública, pois quanto maior a agressão sofrida pela escola, piores são seus índices de rendimento, atingindo, sobretudo, a 4ª e 8ª série (MENEZES, 2011).

Menin (2012) numa intervenção realizada em uma escola municipal de São Paulo verificou que houve diminuição de violência e depredação e maior zelo com o patrimônio, no período em que os envolvidos com a escola, puderam participar mais do cotidiano escolar através de reuniões de grupos representativos de pais, alunos, professores, funcionários e direção.

De acordo com Menezes (2011) o vandalismo é uma forma de se obter reconhecimento. As depredações, as brigas entre alunos e a formação de gangues, podem representar uma persistência social que se nega a submeter-se, como uma resistência diante das imposições de regras. Se o ato de vandalismo se apresenta como negação ao cumprimento de regras, a escola precisa rever a sua concepção de escola democrática, apresentando, muitas vezes, um discurso que contradiz a prática.

Souza e Queiroz (2012) reforçam a necessidade do diálogo, quando faltam palavras, é mais provável que aconteça a violência. A intolerância é um fator que leva à violência, seja por religião, etnia, orientação sexual, classe social e ainda, a desqualificação do outro pelas

suas características. No contexto atual com a globalização, o desemprego, a violência urbana, a deterioração dos valores morais e éticos, em especial o respeito, acarretam a perda de vínculos e isso reflete nas ações dentro da escola. Para as autoras, as escolas inseridas em locais onde o índice de pobreza é elevado e há poucos investimentos na área educacional, onde a massificação do ensino se faz presente, há um aumento significativo dos mais variados tipos de violência.

Gomes e Fonseca (2005) sugerem uma ação conjunta entre os profissionais da saúde, Comitês de proteção à criança e ao adolescente, Conselhos Tutelares e Ministério Público, no sentido de buscar melhoria de qualidade de vida para essa população. As autoras sugerem que as escolas incluam em seus Projetos Políticos-Pedagógicos conhecimentos teóricos e práticos em torno dessa temática.

Com base nos autores e textos debatidos neste tópico, a intervenção realizada na escola visou atender a uma demanda existente na perspectiva de reelaboração do PPP quanto à necessidade de ações imediatas para a diminuição da indisciplina e depredação da estrutura física da escola. O próximo tópico apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a implementação das ações do projeto de intervenção que foram realizadas na escola a fim de promover a conscientização quanto à valorização, conservação e preservação do patrimônio escolar.

Procedimentos metodológicos para a implementação do Projeto de Intervenção

O Projeto de intervenção implementado na escola fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa-ação e para a análise dos dados coletados foi utilizado o estudo de caso. A escolha e utilização dessa metodologia foram principalmente por possibilitar condições de investigar a prática vivenciada no cotidiano escolar de uma forma crítica, reflexiva e atuante.

De acordo com Thiollent (2005), o que qualifica uma pesquisa como pesquisa-ação é a participação efetiva em uma ação por parte das pessoas envolvidas no problema proposto como alvo de intervenção. Complementando essa ideia, Tripp (2005) defende a pesquisa-ação como uma metodologia que proporciona uma diferente forma de busca e análise de dados, pois é uma investigação-ação, a qual é por ele resumidamente definida “*como toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática*” (p. 443). Essa metodologia exige uma ação planejada de caráter social, educacional e técnico.

Dessa forma, para melhor compreensão do objeto, recorreu-se à pesquisa qualitativa, de caráter explicativo que, conforme Rodrigues (2014) permite atribuir significados aos fatos observados e ao pesquisador participar, compreender e interpretar as informações que ele seleciona e obtém a partir da pesquisa.

Gil (2002) aponta o estudo de caso como uma modalidade de pesquisa com estudo profundo e exaustivo, utilizando um ou poucos objetos, mas percebe que o mesmo apresenta resultado eficaz, uma vez que os detalhes podem ser investigados no caso, possibilitando melhor compreensão do assunto pesquisado.

A aproximação ao objeto de estudo, conforme aponta Serrano (2011), permite explicar as causas, os elementos e os motivos científicos que justificam a pesquisa, respondendo a duas questões fundamentais, o porquê e o para quê. Na tentativa de compreender o fenômeno, buscam-se explicações no indivíduo e suas relações, já que as interações interferem diretamente no aluno e no cotidiano escolar.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários à família, aos alunos e aos funcionários, com o objetivo de conhecer a percepção da comunidade escolar em relação à escola, docentes, discentes e serviços prestados, cujos dados serão utilizados na atualização do PPP e na descrição do objeto de estudo. Os alunos responderam às questões referentes à escola, em especial à sala de aula e às atitudes enquanto turma, sob a orientação do professor. Recorreu-se também à observação e a entrevista individual com o aluno infrator e com 3 representantes de cada turma, escolhidos durante a implementação do projeto.

Utilizou-se do Office Excel 2007 para a tabulação de dados e a construção de gráficos, facilitando assim, o entendimento dos resultados da pesquisa. Os dados coletados dos questionários, confrontados com as entrevistas, permitiu a análise crítica do fenômeno sob a ótica do aluno, do professor e da família.

Concomitantemente, foi apresentada aos alunos e funcionários, a prestação de contas, com foco nos gastos com a manutenção da unidade, fazendo uma reflexão sobre a origem e o uso adequado dos recursos financeiros repassados à escola e a responsabilidade de cada cidadão na aplicação desses recursos, especialmente o gestor escolar, como representante legal da Unidade de Ensino.

Análise da intervenção

A Escola Municipal pesquisada foi fundada há 41 anos e está situada num bairro residencial. A representatividade de alunos do zoneamento é de 9,85%. Atende em média 850 alunos, distribuídos em dois turnos, matutino e vespertino. Possui 14 salas de aula, 1 sala de informática, 1 sala multimídia, 1 biblioteca, 1 sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 1 quadra coberta, 1 salão com capacidade para 200 pessoas aproximadamente.

O projeto de intervenção desenvolvido na escola teve como finalidade promover a conscientização da comunidade escolar quanto à valorização, cuidado e preservação da

escola enquanto patrimônio público, cultural e histórico. Neste intuito, no início das ações constantes no PI foi realizada uma palestra sobre o patrimônio público, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar e ampliar o conhecimento sobre a legislação em vigor, reforçando o compromisso de todos com o bem comum.

O questionário aplicado à família foi elaborado com 11 perguntas. Dos 839 questionários enviados aos pais, 620 foram preenchidos e devolvidos, representando 72,70% das famílias. Ao se comparar o Ensino Fundamental I e II, verifica-se que o retorno dos pais dos alunos do 1º ao 5º foi significativamente mais alto, 85,55% e os do 6º ao 9º ano, 57%.

O gráfico 1 apresenta a percepção da família em relação à qualidade da escola. 91% dos pais a reconhecem como uma escola boa.

Gráfico 1 - Qualidade da escola na opinião dos pais



Fonte: A AUTORA, 2016.

Na opinião dos pais, o atendimento na escola estudada é bom, em todos os setores. O maior destaque foi para o professor, 94% dos pais consideram o atendimento bom. O atendimento da equipe diretiva, Auxiliares de Serviços Gerais e Cantina, 91%. O setor que teve o menor percentual de qualidade foi a secretaria, com 87%.

Ao verificar a percepção da família em relação aos cuidados dos(as) filhos(as), com os objetos da casa e de uso pessoal, obteve-se o seguinte resultado: 57% dos filhos são cuidadosos com os objetos da casa e 55% são cuidadosos com os objetos de uso pessoal.

Ao comparar as atitudes do aluno em casa e na escola, verifica-se que em relação aos cuidados com os objetos de uso pessoal, os alunos se mostram mais cuidadosos em casa. Em relação ao cuidado com os objetos de uso coletivo, em casa e na escola, os alunos demonstram ser mais cuidadosos com os objetos comuns à família.

A depredação na sala de aula se apresenta nas janelas, persianas, portas, carteiras, quadro e mural de avisos. Os quadros mais depredados foram os das turmas de 7º, 8º e 9º ano, assim como portas, janelas, carteiras, persianas. Atualmente, 61% estão preservados e 39% apresentam sinais de depredação. 83% dos auxiliares responderam que os alunos conservam as carteiras limpas por 1 a 2 dias e 17% acima de 5 dias.

Em todos os questionários elaborados, foi incluída a pergunta sobre o tratamento que se deve dar quanto à depredação do patrimônio público escolar. 80% dos pais, responderam que quando acontecer o ato de vandalismo ao patrimônio, o aluno responsável, deverá ser orientado e a família arcar com as despesas de manutenção ou reposição do bem (gráfico 2). Na opinião dos funcionários, houve um percentual significativamente maior, auxiliares de Serviços Gerais 88%, professores 96% e cantineiras 100%.

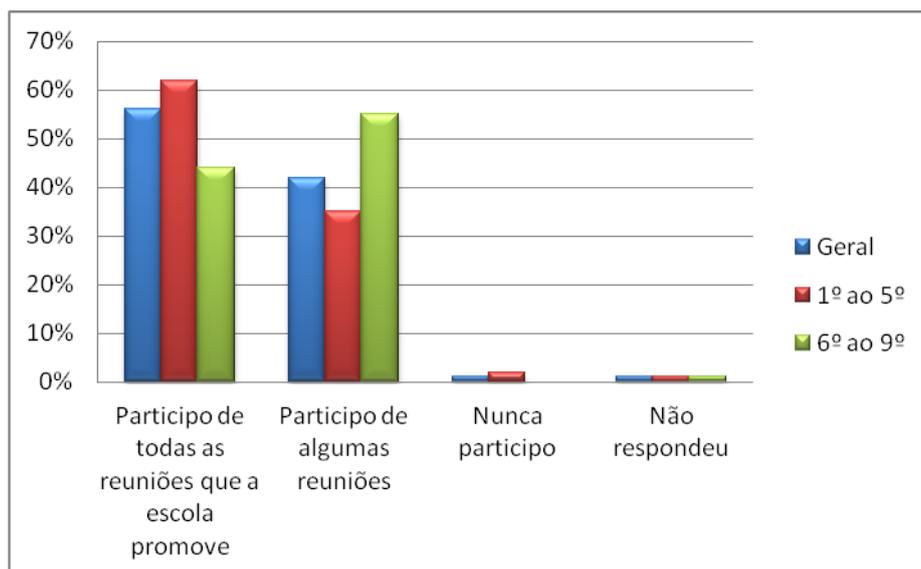
Gráfico 2 - Tratamento ao ato de vandalismo na opinião da família



Fonte: A AUTORA, 2016.

No questionário direcionado à família, havia uma pergunta sobre a participação em reuniões promovidas pela escola, onde 56% dos pais responderam que participam de todas as reuniões, 42% participam de algumas, apenas 1% respondeu que não participa. Os pais dos alunos do Ensino Fundamental I demonstraram ser mais participativos que os alunos do Ensino Fundamental II (gráfico 3).

Gráfico 3- Participação da família em reuniões da escola



Fonte: A AUTORA, 2016.

Os serviços prestados pela escola foram avaliados pelos pais, funcionários e alunos. Na opinião de 68% dos pais, a limpeza da escola é boa. 83% de alunos, 83% de auxiliares de Serviços Gerais, 84% de professores e 100% de Auxiliares de Cantina afirmaram que o serviço de limpeza da escola precisa melhorar. Os banheiros apresentam a pior avaliação, onde 63% dos alunos e 71% de professores consideram que os banheiros são sujos. A sala de aula, na opinião de 17% dos alunos e 18% dos professores, é limpa e agradável, 83% dos alunos e 78% dos professores, responderam que precisa melhorar. 4% dos professores consideram a sala de aula suja.

Quanto à organização e conservação da limpeza da escola, 44% dos professores, 50% dos Auxiliares de Serviços Gerais e cantina, responderam que os professores precisam colaborar mais. 49% dos professores, 50% dos Auxiliares de Serviços Gerais e Cantina, responderam que os alunos precisam colaborar mais. 7% dos professores, na opinião deles, colaboram.

Quando perguntado aos Auxiliares de Serviços Gerais e Cantina se os funcionários e alunos respeitam o seu trabalho, obteve-se os seguintes resultados: 12% dos professores, equipe diretiva e alunos respeitam; e 20% dos auxiliares de secretaria respeitam. 13% de professores e equipe diretiva e 38% dos alunos, não respeitam. A opção "alguns respeitam", teve o percentual de 75% de professores e equipe diretiva, 80% de auxiliares de secretaria e 50% de alunos.

Quanto ao comportamento dos alunos durante as refeições, as cantineiras responderam que: 75% dos alunos nunca jogam as cascas de fruta na lixeira. 100% às vezes devolvem o prato no lugar destinado. Dos que não devolvem, quando solicitados a

guardar o prato, 25% às vezes atendem com boa vontade a solicitação e 75% nunca atendem com boa vontade. 100% dos alunos às vezes aguardam na fila para serem servidos. 100% dos alunos não tem o hábito de agradecer ao ser servido.

A análise dos dados da pesquisa revela que a escola estudada é uma boa escola, na opinião dos pais. A qualidade da educação é um diferencial e pode ser reforçada pela qualidade do atendimento de cada setor. A escola é apontada como referência na rede municipal, o que leva a grande procura por vaga.

Segundo Dourado e Oliveira (2009), a qualidade da educação é um fenômeno complexo e envolve múltiplas dimensões e diferentes atores: a dinâmica pedagógica, o currículo, as expectativas de aprendizagem. É importante destacar nesse contexto, a gestão financeira, administrativa e pedagógica, os juízos de valor, a visão dos agentes escolares e da comunidade em relação ao papel e às finalidades da escola.

Para se construir uma escola de qualidade é importante identificar quais os elementos que permitem essa construção. Como citam os autores acima, a qualidade da educação é multifatorial e envolve aspectos extra e intraescolares. Neste contexto, devem-se considerar os atores envolvidos, os aspectos pedagógicos, os currículos, as expectativas de aprendizagem e os fatores externos que interferem direta ou indiretamente na aprendizagem.

De acordo com Dourado, Oliveira e Santos (2007), estudos revelam que uma escola eficaz é o resultado do engajamento dos sujeitos, pedagógica, técnica e politicamente envolvidos no processo educativo. Não se restringe aos insumos, mas à participação ativa dos trabalhadores, juntamente com os alunos e pais. Eles ressaltam que até mesmo a visão que se tem da escola na comunidade e no sistema educativo, que levam à escolha da escola e mantêm motivações para sua permanência, influencia na aprendizagem e na construção de uma escola para todos. A qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de ensino de qualidade.

De acordo com os autores acima citados, as estratégias utilizadas para motivar a participação revelam a concepção de cada país: uns com sistemas de participação restrita; em outros, a presença da comunidade na escola tem impacto importante no processo intraescolar. Entretanto, verifica-se que quanto mais efetivos são os mecanismos de participação, melhor o impacto na melhoria dos processos ensino-aprendizagem das escolas.

Na escola estudada, a participação dos pais tem acontecido de forma satisfatória. O conselho escolar é ativo e os alunos já começam a se organizar e manifestar seus desejos.

Uma escola de qualidade remete principalmente à sua estrutura física. Ambientes bem cuidados, preservados, são sinais da educação que se recebe no ambiente familiar e social, aliado ao que se ensina na escola. Outro aspecto relevante para a qualidade da

educação é a segurança na escola. Conforme Dourado, Oliveira e Santos (2015), uma das estratégias para enfrentar os problemas da segurança é ampliar as relações com a comunidade local, no sentido de levá-la a perceber a escola como espaço/equipamento público, que deve servir aos interesses e melhoria da qualidade de vida da comunidade, sendo, portanto, fundamental a preservação de sua estrutura física.

Oliveira (2009) mostra em seu estudo que a violência escolar está relacionada ao momento de grandes discussões sociais que a educação vive atualmente. Comparando a escola pesquisada a outras escolas da rede, observou-se que os sinais de depredação encontrados não representam grandes estragos por parte somente dos alunos. O descaso do poder público com a manutenção das instalações nos anos anteriores levou a escola a uma situação crítica: portas danificadas por cupim, lâmpadas e ventiladores queimados, telhas quebradas, falta de água, vazamentos nas tubulações, descargas e torneiras quebradas, paredes descascadas, além de tudo isso, uma conta de água mensal no valor de R\$ 51.000,00. A falta de água levou a outro problema, a falta de cuidado dos funcionários com a limpeza.

Segundo Menezes (2011), a violência escolar é maior na escola pública que na escola privada e prevalece mais no 8º ano. Na escola estudada as turmas do 8º ano são as mais indisciplinadas e os professores mandam muitos alunos para a Equipe diretiva. As salas destas turmas são as mais depredadas. Os alunos já se sentem incomodados e pedem a intervenção da Equipe diretiva, no sentido de retirar determinados colegas da sala.

Segundo Eyng, Gisi e Ens (2009), as violências presentes nas escolas referem-se a um fenômeno complexo que vem despertando a atenção dos educadores e da sociedade como um todo e requer atenção especial na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente as educacionais. A violência apresenta na vida cotidiana como uma ameaça à integridade física, psíquica e da dignidade humana, sendo que, as diferentes manifestações vêm comprometendo ainda mais a qualidade da educação nas escolas públicas.

A escola vem realizando uma intervenção nas turmas onde a depredação era maior e ao entrevistar os representantes de sala verificou-se que os alunos apontados como os que depredam, são os mesmos que afrontam os professores e não fazem as atividades, recentemente foram descobertos como usuários de droga.

A escola sozinha não consegue resolver todos os problemas que o aluno trás consigo, é preciso estar junto com a família, buscando soluções. O que se observou durante as reuniões individuais com pais, é que eles também não sabem o que fazer com os filhos. No caso de dano ao patrimônio, a maior parte das famílias concorda que os alunos precisam ser orientados e a família arcar com as despesas de manutenção ou reposição dos bens. Acredita-se que através do diálogo, num esforço conjunto, a escola possa minimizar a

violência e os danos ao patrimônio, atuando com os alunos identificados, mas também realizando um trabalho de conscientização de toda a comunidade escolar.

De acordo com Oliveira (2009), o tráfico de drogas configura como o início dos comportamentos violentos entre os alunos, levando-os a atitudes inadequadas como o dano ao patrimônio, desrespeito às autoridades escolares, pequenos furtos finalizando com a evasão escolar. O mesmo autor aponta um caminho para minimizar e prevenir a violência na escola, que é a conscientização, através de ações conjuntas que promovam as relações interpessoais e enfatize a atenção aos valores morais e éticos como o respeito, a solidariedade, o companheirismo, o diálogo e a cooperação entre os pares.

Considerações finais

Durante o processo da intervenção, pode-se perceber inicialmente a dificuldade do grupo em lidar com uma possível crítica em relação ao respeito ao regimento escolar. Todos conhecem as regras e a responsabilidade de cada um, mas não assumem efetivamente cada um o seu papel. Para uma escola funcionar bem, toda a equipe deve concentrar esforços em torno dos mesmos objetivos. Se os funcionários não assumem a escola como espaço de todos e não se comprometem com o Projeto Político-Pedagógico, não há como se desenvolver um trabalho de qualidade.

A pesquisa confirmou, parcialmente, a hipótese de que a falta de cuidado com o bem público vem da falta de conhecimento, da falsa sensação de que o dinheiro gasto com a manutenção da Unidade de Ensino é do governo e que a desordem no equilíbrio emocional do adolescente tem influência, já que ele se encontra em uma fase de muitos conflitos e tem uma tendência a atos violentos. Acredita-se que o tratamento que se dá ao ato, por parte da equipe gestora, da família e dos funcionários, pode determinar a diminuição da depredação escolar.

A intervenção não diminuiu o esforço que deve ser despendido no combate à indisciplina e a violência na escola, e mais, permitiu que novas descobertas fossem feitas e aponta para a necessidade de novas estratégias de participação do aluno, da família e de entidades como Conselho Tutelar, Patrulha Escolar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Posto de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.

O aluno, ao vir para a escola, trás consigo as suas vivências, sejam boas ou ruins. Suas experiências são vividas intensamente, principalmente na adolescência. É próprio do adolescente o comportamento de resistência às regras impostas pela sociedade e principalmente pela escola. Uma tentativa de demonstrar poder e chamar a atenção sobre si, ou uma forma de esconder e reagir ao sofrimento da rejeição e do abandono. Essa é uma

maneira de se autoafirmar e ser bem aceito pelo grupo. Muitos adolescentes, mesmo contra a vontade, fazem o que o grupo determina por medo de ser excluído.

A violência escolar, em especial a depredação ao patrimônio público, pode ser o reflexo da violência familiar e social a que as crianças e adolescentes são submetidos. As famílias não conseguem ter o controle dos filhos e muitos valores foram perdidos ao longo dos anos. A falta de respeito à autoridade, principalmente da figura paterna é preocupante. Instalou-se nas escolas a cultura da impunidade, reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e da lei da “Palmada”, os pais sentem-se inseguros ao corrigir os filhos. A escola se sente limitada para atuar sem ofender os direitos da criança e do adolescente e ao mesmo tempo, não permitir que as atitudes de poucos, interfiram na aprendizagem de muitos. Diante disso, cabe aos gestores escolares e professores, uma convergência de esforços para ampliar o conhecimento da comunidade escolar sobre esse tipo de violência para que possam planejar e efetivar ações educativas, e se unir a outras entidades e formar uma rede de atendimento, principalmente em parceria com os setores da Saúde e Assistência Social.

Referências Bibliográficas

ASSIS, S.G; CONSTANTINO P.; AVANCI J.Q. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, Editora Fiocruz, 2010. 260 p. ISBN 978-85-7541-330-2. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 14/09/2015.

BRASIL. **Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm>. Acesso em 01/09/2015.

_____. **Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htm>. Acesso em 01/09/2015.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 01/09/2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 02/09/2015.

BECKER, Kalinka Léia. **Uma análise da relação entre a educação e a violência**. Piracicaba, 2012. 75 p: II. DIVISÃO DE BIBLIOTECA ESALQ/USP. Tese (doutorado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-15032013-092954/pt-br.php>>. Acesso em 14/09/2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Baía e FÁVERO, Osmar. A relação educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional. In: FÁVERO, Osmar (org.) **A educação nas constituintes brasileiras – 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.

_____. **O direito à educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. Brasília: Escola de gestores, 2005.

CRUZ, P. A. S.; FREITAS, S. A. **Disciplina, controle social e educação escolar**: um breve estudo à luz do pensamento de Michel Foucault. Revista LEVIS/UNESP - Marília. Ed.7. Jun. 2011.

DIAS, Adelaide Alves. **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 16 p.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília: MEC/Inep, s/d. Disponível em: <http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4_leitura2.pdf>. Acesso em 22/08/2015.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA. **A qualidade da educação**: perspectivas e desafios. (Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04>> Acesso em 06/08/2016.

EYNG, A. M; GISI, M. L.; ENS, R.T. **Violências nas escolas e representações sociais**: um diálogo necessário no cotidiano escolar. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.9, n. 28, p. 467-480, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2827&dd99=view&dd98=pb>> Acesso em 11/10/2015.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/texto1.pdf>>. Acesso em 04/10/2015.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, V.L.O; FONSECA, A. D. **Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, aprendidas do discurso de professoras e cuidadoras**. Texto contexto enferm. vol.14 no, spe. Florianópolis 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000500004#end>. Acesso em 13/09/2015.

MENEZES, Henrique Ribeiro. **Violência na escola: estratégias do colégio Padre Rambo**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nov.2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/39160>> Acesso em 13 de agosto de 2016.

MENIN, Pedro Augusto Hercks. Escola Pública: vítima de depredação e foco de violência, análise ética como mediação entre os agentes institucionais envolvidos. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 58-64, Ago. 2012. ISSN 2316-3852. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/64>. Acesso em: 28/07/2016.

OLIVEIRA, José Eduardo Costa de. **As ações das escolas, através dos gestores, no processo de enfrentamento da violência escolar**. Ribeirão Preto, 2009. 244p. Tese de doutorado apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto USP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-29102009-141219/pt-br.php>>. Acesso em 13/09/2015.

PELLEGRINI, Sandra C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil.** UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006, p. 54. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>>. Acesso em 04/10/2015.

RODRIGUES, Nery Tapares. **Vídeo 4. Métodos quantitativos, qualitativos e coleta de dados.** Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=tR7DE1utCo4>. Acesso em 12/09/2015.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto: a tese de doutorado, um desafio possível.** São Paulo, Parábola Editorial, 2011. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica (PNEGEB). Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufop2/file.php/236/Textos_da_Disciplina/Pesquisa_no_labirinto_SERRANO_2011.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

SOUZA, L. P; QUEIRÓZ, E.V. **Violência escolar: um desafio aos professores e gestores.** Itabaiana: Gepiadde, ano 6, v. 12, julh-dez , 2012.

SPOSITO, Marília Pontes. **A instituição escolar e a violência.** IEA-USP, 2012. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolenca.pdf/at_download/file>. Acesso em 04/10/2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TRIPP, David. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 31, n.3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>. Acesso em: 18/08/2016.